

A INCORPORAÇÃO DE NORMAS DE SEGURANÇA COMO ESTRATÉGIA JAPONESA PARA ALCANÇAR PODER GLOBAL: UMA ANÁLISE DE CONTEÚDO DE DOCUMENTOS DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO

Surwandono Surwandono¹
Ratih Herningtyas²
Rizki Dian Nursita³

Introdução

No século XIX, o Japão era uma grande potência, especialmente durante a modernização econômica e militar realizada durante o reinado do Imperador Meiji. O sucesso dessa modernização, conhecida como Restauração Meiji, estabeleceu o Japão como uma potência dominante no Leste Asiático. Essa posição também o colocou como uma potência global que competia com potências coloniais ocidentais, como Grã-Bretanha, Países Baixos, França, Portugal, Espanha, entre outras, que na época controlavam diversas regiões da Ásia. Em seus esforços para tornar-se um ator global, o Japão venceu guerras regionais ao derrotar a Rússia e a China (Morris-Suzuki, 2014). Essas vitórias aumentaram a autoconfiança japonesa e levaram o país à Primeira Guerra Mundial, centrada na Europa. O envolvimento do Japão no primeiro conflito mundial começou logo após o início das hostilidades

¹ Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Joguejacarta, Indonésia. E-mail: surwandono@umy.ac.id. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0559-527X>.

² Universitas Muhammadiyah Yogyakarta, Joguejacarta, Indonésia. E-mail: ratih_herningtyas@umy.ac.id. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2964-6828>.

³ Universitas Islam Indonesia, Joguejacarta, Indonésia. E-mail: rizki.dian.nursita@uii.ac.id. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1913-9697>.

na Europa em 1914, quando o país entrou na guerra ao lado das Potências Aliadas, em conformidade com a Aliança Anglo-Japonesa de 1902. A pedido da Grã-Bretanha, o Japão declarou guerra à Alemanha com o objetivo principal de expulsar a influência alemã do Leste Asiático e do Pacífico. As operações militares japonesas concentraram-se na captura de territórios ocupados pela Alemanha, incluindo o porto de Qingdao (Tsingtao) na China e várias ilhas do Pacífico, como as Marianas, Carolinas e Marshall. Embora o envolvimento direto do Japão no teatro de operações europeu tenha sido mínimo, sua participação permitiu expandir sua influência regional, assegurar territórios estratégicos e obter reconhecimento como uma das potências vencedoras na Conferência de Paz de Paris em 1919. A confiança do Japão em tornar-se uma grande potência fortaleceu-se graças ao sucesso na captura de vários territórios coloniais europeus, bem como ao seu ataque rápido e poderoso à base naval estadunidense em Pearl Harbor, o qual desencadeou a participação dos EUA na Segunda Guerra Mundial (Slavinsky, 2004).

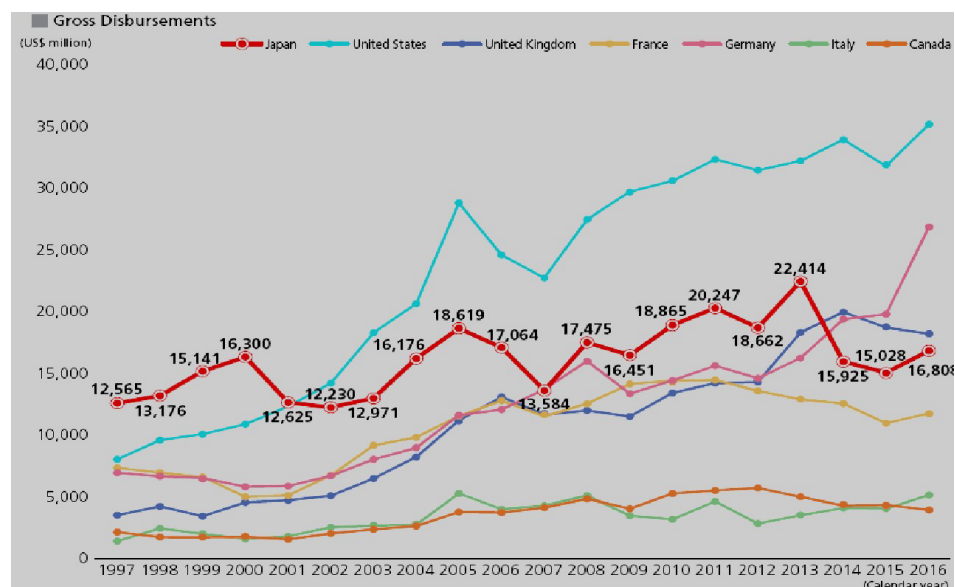
A mobilização militar do Japão na região da Ásia-Pacífico deu início, então, à Segunda Guerra Mundial. Esta guerra foi travada utilizando tecnologia de destruição em massa, causando danos ecológicos, sociais, econômicos e políticos, além de uma enorme perda de vidas. Nesse conflito, Japão e Alemanha tornaram-se inimigos comuns das Potências Aliadas lideradas por Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China. Na Segunda Guerra Mundial, o Japão sofreu a derrota e incorreu em severas perdas na infraestrutura doméstica devido às bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945. O Japão rendeu-se incondicionalmente aos Aliados e permaneceu sob ocupação aliada até 1952. Durante esse período de ocupação, os Aliados implementaram políticas de desmilitarização e reforma política (Dobson & Kosuge, 2009). Tais políticas forçaram o Japão a transformar-se em uma nação pacifista, eliminando todas as disposições relativas ao uso da força e do poder militar, e exigindo que o país removesse as cláusulas de guerra de sua constituição (Cooney, 2006).

Contudo, há um fato interessante na Constituição Japonesa de 1947, que forma a base do pacifismo do país, pela qual o Japão ainda se declara uma grande potência e internacionalmente responsável por manter a prosperidade global. O Japão, decisivamente derrotado na Segunda Guerra Mundial e vinculado por diversos acordos internacionais, não abandonou sua ambição de se tornar uma potência global. Isso oferece uma lição valiosa para qualquer país com ambições de se tornar uma potência global (Kinzley, 2001).

Uma das estratégias do Japão para recuperar sua posição como potência global sem violar a constituição é utilizar instrumentos de assistência econômica e ao desenvolvimento por meio da Assistência Oficial

ao Desenvolvimento (Official Development Assistance; na sigla em inglês, ODA). O alvo principal da ODA como ferramenta da política externa japonesa foram, inicialmente, os países que haviam sido vítimas da agressão do Japão e as nações do Terceiro Mundo (Rix, 2010). A premissa japonesa era de que a ajuda distribuída levaria os países do Terceiro Mundo a reconhecerem a hegemonia do Japão. Ao mesmo tempo, diversos países europeus e americanos juntaram-se ao bloco liberal e também utilizaram instrumentos de ajuda econômica por meio do Plano Marshall para reconstruir países do Terceiro Mundo, servindo também como um elemento de dissuasão contra as iniciativas econômicas da União Soviética através do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon), que visava os mesmos objetivos. A implementação da ajuda internacional aos países do Terceiro Mundo foi estruturada de forma sistemática, objetiva e amigável.

Figura 1: Tendências na ODA dos principais países do CAD (desembolsos brutos) 1997 - 2016



Fonte: JICA, 2017

A Figura 1 mostra como o Japão, na qualidade de país doador, tem fornecido consistentemente assistência internacional substancial por meio da ODA ao longo dos últimos 20 anos. A consistência do Japão como país doador

demonstra seu status de potência global estabelecida, que define as dinâmicas do sistema internacional. No entanto, o Japão enfrenta desafios sérios em sua busca para tornar-se uma grande potência novamente. Paralelamente, esta é uma das principais éticas para se tornar uma grande potência na tradição Samurai (Titus, D. A., & Large, 1993). Neste contexto, este artigo preencherá a lacuna no argumento de que uma governança jurídica inteligente, sistemática, objetiva e visionária é uma variável crítica na forma como um país lida com questões regulatórias internacionais e é capaz de tornar-se uma potência global estabelecida.

Revisão de Literatura

O Japão tornou-se uma potência global estabelecida em meio ao sistema de anarquia internacional, o que causou alguns altos e baixos. O Japão tornou-se uma potência global capaz de gerir desafios como uma grande nação de forma eficaz e eficiente. Muitos estudos discutiram a política externa japonesa, especialmente a assistência externa japonesa (ODA) voltada para países em desenvolvimento. No entanto, a maior parte da pesquisa sobre a ODA baseia-se em uma perspectiva racionalista. A ODA é frequentemente vista como uma ferramenta para o Japão satisfazer seus desejos capitalistas e alcançar seus próprios objetivos nacionais.

Alguns artigos explicaram a persistência do Japão como potência global utilizando uma abordagem econômica, como a norma do capitalismo e o Japão (Estevez-Abe, 2008), a norma de conformidade com acordos ou o direito internacional (Cooney, 2006), o desenvolvimento de ciência e tecnologia, e a utilização da ajuda externa para reconhecimento (Rix, 2010). No entanto, a forma como as normas de segurança humana constroem a ODA japonesa raramente recebeu destaque.

Historicamente, a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial levou ao seu pacifismo e à forte dependência da ajuda dos EUA. Isso marcou o início do desenvolvimento da ODA. No entanto, o Japão trabalhou arduamente para se reerguer e transformar-se de país receptor em país doador em poucos anos (Takashi & Jain, 2000). A evolução da ajuda externa do Japão pode ser classificada em quatro estágios: da repatriação à promoção de exportações, da promoção de exportações à racionalidade da interdependência, da racionalidade da interdependência a uma ferramenta de posicionamento global, e do posicionamento global à proteção da paz e estabilidade mundiais. No primeiro estágio, ao começar a emergir como nação doadora, o Japão juntou-se à UNCTAD e ao DAC (Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento)

30 anos após ter sido um receptor de ajuda. No segundo estágio, o Japão ingressou em diversas organizações internacionais, incluindo a OPEP, para gerir a crise energética causada pelo embargo petrolífero imposto por alguns países da OPEP às nações ocidentais. A ajuda internacional japonesa não se limitou aos países asiáticos, mas estendeu-se também a várias nações do Oriente Médio. No terceiro estágio, o Japão geriu a ajuda internacional como uma ferramenta para garantir as necessidades e interesses japoneses, visto que a ideia de investir para o futuro havia se tornado difundida naquela época. No quarto estágio, o Japão finalmente obteve sucesso em integrar a ajuda internacional, particularmente a ODA, para criar paz e estabilidade mundiais, conforme estabelecido no ODA Taiko em 2 de junho de 1992 (Inoguchi & Bacon, 2006; Takashi & Jain, 2000).

Desde a década de 1970, a ODA japonesa começou a assumir uma natureza mais estratégica, particularmente em suas relações com a China, onde a ajuda é vista como uma ferramenta para frear o desenvolvimento militar e apoiar os princípios de direitos humanos e democracia. As preocupações com questões de segurança foram enfatizadas com a promulgação da Carta da ODA no início da década de 1990, que estipulava que a ajuda não deveria ser usada para fins militares e deveria levar em conta considerações ambientais, democráticas e de direitos humanos. Essas mudanças também estavam relacionadas às dinâmicas globais e relações geopolíticas, como a reação do Japão aos testes nucleares da China, que levou a uma redução nos fundos de ajuda. Enquanto isso, o desenvolvimento de questões de segurança humana no contexto da distribuição da ODA japonesa tornou-se uma parte importante da política externa que priorizava a estabilidade política dos países receptores como pré-requisito para criar um ambiente propício ao investimento e às relações bilaterais. A reforma da política de ODA de 2003 enfatizou ainda mais o reposicionamento do Japão diante de desafios globais, como o terrorismo pós-11 de setembro e o declínio da economia doméstica, o que acabou mudando a estratégia de ajuda com uma maior ênfase na segurança humana e na cooperação para o desenvolvimento sustentável. No entanto, a forma como as normas de segurança humana moldam a ODA do Japão raramente foi destacada.

Os estudos sobre segurança passaram por uma série de desenvolvimentos nas últimas décadas. A contextualização da Primeira e Segunda Guerras Mundiais influenciou os estudos de segurança, que eram inicialmente vistos através de uma abordagem militarista. A segurança era entendida apenas como a ausência de violência física nas relações internacionais ou interestatais. No entanto, desde o fim da Guerra Fria, a tendência de conflito e guerra mudou drasticamente, de guerras e conflitos

envolvendo dois ou mais atores estatais para guerras e conflitos envolvendo indivíduos, grupos, forças de oposição e entidades abaixo ou iguais aos atores estatais. Em um século, genocídios, guerras civis, movimentos separatistas brutais, terrorismo, governos corruptos, fome extrema e pobreza fizeram com que muitas pessoas morressem pelas mãos de seus concidadãos, e até de seus próprios governos. Esse fenômeno desafia as compreensões anteriores de segurança e contribui para a emergência de um novo paradigma na segurança (Centre, 2005).

O conceito de segurança nacional, tradicionalmente interpretado pelos tradicionalistas como a proteção da sobrevivência do Estado através do aumento das capacidades militares e econômicas, deslocou-se para a proteção da dignidade humana e dos padrões de vida (Tsai, 2009). O paradigma da securitização introduzido pela Escola de Copenhague fornece uma explicação narrativa para analisar questões de segurança. A gestão da segurança não é realizada apenas pela reunião de forças capazes de neutralizar atores que possuem a oportunidade de ameaçar a segurança nacional, mas também através da resolução de problemas que podem causar insegurança. Os Estados não precisam aumentar seus orçamentos militares para estarem seguros (McDonald, 2008). A emergência da Segurança Humana ganhou ímpeto em meio ao papel crescente de atores não estatais nas relações internacionais. A Segurança Humana é construída como um novo valor que tornará o mundo anárquico internacional mais preocupado com questões humanitárias. A segurança humana não prioriza apenas a proteção do Estado contra ameaças externas, mas também enfatiza a proteção dos direitos e liberdades de indivíduos e comunidades. A ideia de segurança humana também foi adotada por uma série de partidos políticos como plataforma de luta política eleitoral em diversos países.

Este novo espectro desencadeou um debate sobre o conceito de segurança humana. Alguns especialistas argumentam que a segurança humana aborda apenas questões relacionadas ao desenvolvimento (Tadjbakhsh & Chenoy, 2006), enquanto outros defendem que o conceito de segurança humana precisa ser mais rigoroso e rígido (Hobson & Bacon, 2014). Para evitar ambiguidades na compreensão da segurança humana, o PNUD descreve sete pontos como indicadores de segurança humana, a saber: segurança econômica, segurança alimentar, segurança ambiental, segurança de saúde, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política. A segurança econômica garante a soberania econômica, incluindo acesso a trabalho decente, renda adequada e confiável, e melhoria dos padrões de vida. A segurança alimentar abrange o acesso a alimentos, boa nutrição e acesso a alimentos durante e após desastres naturais ou causados pelo homem. A

segurança ambiental refere-se à proteção de florestas, terras, prevenção de vários problemas ambientais e à capacidade de resolvê-los, bem como à mitigação de riscos naturais. A segurança de saúde visa melhorar o acesso a serviços de saúde adequados, água limpa, um ambiente seguro, prevenção da exposição a drogas ilegais e proteção contra doenças graves. A segurança pessoal protege a liberdade contra o medo, violência, tortura, prevenção de acidentes, crime, drogas ou outras coisas que possam prejudicar os indivíduos. A segurança comunitária visa preservar culturas, línguas e valores étnicos específicos, eliminar a discriminação e promover a liberdade contra o medo de conflitos interétnicos ou inter-regionais. Finalmente, a segurança política abrange a liberdade de expressão, a promoção da democratização e a proteção dos cidadãos contra a opressão estatal. Dada a complexidade da segurança humana, os indicadores utilizados para avaliar a segurança podem variar entre regiões e locais.

As questões de segurança humana têm sido, até agora, mais discutidas por organizações internacionais do que pelos países. O conceito de segurança humana que promove a inclusividade e a não participação sempre esbarra na soberania estatal (McDonald, 2002). As Nações Unidas, por exemplo, incorporaram com sucesso o conceito de segurança humana nos ODM e ODS, tornando os ODM e ODS amplamente aceitos em nível global. O conceito de segurança humana, por um lado, parece central para as funções das Organizações Governamentais Internacionais (IGOs) e Organizações Não-Governamentais Internacionais (INGOs) (Thomas, 2001). Por outro lado, a segurança humana é raramente articulada pelos Estados, pois estes frequentemente priorizam a preservação da soberania, do nacionalismo e da segurança nacional, fazendo com que as articulações estatais de segurança humana tendam a ser excessivamente burocráticas, exclusivas e rígidas (Mahmud, Quaisar, Sabur, & Tamanna, 2008). A construção da segurança humana pelos Estados é frequentemente usada apenas como um “adoçante” para fortalecer a hegemonia estatal.

Em seu artigo, Sarah Tanke explica que a segurança humana tornou-se um conceito central no discurso diplomático japonês nas últimas três décadas (Tanke, 2022). Ao rastrear discursos do Estado japonês em fóruns internacionais, Tanke observa que a segurança humana tem sido consistentemente usada como a identidade diplomática do Japão para obter reconhecimento internacional. Além disso, o Japão não apenas promove a segurança humana para o desenvolvimento global, mas também como um meio de fortalecer sua legitimidade, papel e autoimagem entre outras nações na comunidade internacional. Em seus discursos em fóruns internacionais, o Japão constrói uma narrativa que destaca suas contribuições e liderança em

questões de segurança humana, vinculando-as a conquistas domésticas, ajuda externa (ODA) e cooperação multilateral. Este artigo destaca a necessidade de um estudo sobre como o Japão prepara as questões de segurança humana como parte de sua narrativa diplomática para posicionar o Japão como um ator global, o que poderia, em última instância, restaurar o Japão à sua posição como uma potência global (Tanke, 2022).

Na abordagem construtivista, as normas não são simplesmente regras externas que governam o comportamento do Estado, mas são parte integrante da identidade e dos interesses do próprio Estado. Alexander Wendt, em sua famosa obra *Social Theory of International Politics* (1999), afirma que “a anarquia é o que os Estados fazem dela”, o que mostra que as estruturas internacionais não são determinantes fixos, mas são construídas através de interações sociais e normas abraçadas pelos atores internacionais. Neste contexto, o Japão pós-Segunda Guerra Mundial buscou revitalizar sua posição na arena global utilizando normas internacionais, especialmente as normas de *segurança humana*, como uma estratégia para a reconstrução da identidade e expansão de seu papel global. Em vez de confiar no poder militar limitado por sua constituição pacifista (Artigo 9), o Japão desenvolveu um poder normativo através da assistência ao desenvolvimento, diplomacia humanitária e engajamento ativo em questões de segurança não tradicionais. Essa abordagem mostra como o Japão usa as normas como um instrumento de transformação de status, de um país militarmente “castrado” a um ator global moral e politicamente respeitado (Wendt, 2003).

A estratégia normativa do Japão reflete-se em sua abordagem de ajuda internacional que enfatiza a *segurança humana* como o quadro principal. Este conceito coloca a proteção dos indivíduos contra a ameaça de violência, pobreza, saúde e desastres no centro da política externa e da assistência ao desenvolvimento (Shibuya et al., 2016). Através da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), o Japão apoia ativamente os países em desenvolvimento, não apenas através de assistência financeira, mas também transferência de tecnologia, capacitação institucional e apoio à reconstrução pós-conflito. Em um quadro construtivista, essas ações não são meras políticas tecnocráticas, mas sim parte da produção de significado e identidade que mostra o Japão como um país responsável, moral e orientado para a paz. Ao posicionar-se como um pioneiro na promoção da *segurança humana*, o Japão formou gradualmente uma percepção internacional que apoia seu status como um *Estado normal* — um país que tem a capacidade e legitimidade para desempenhar um papel estratégico no palco global (Yoshinobu, 2012), sem ter que reconstruir um poder militar agressivo.

O reconhecimento do Japão como uma potência global legítima

e respeitada não ocorre instantaneamente, mas sim é o resultado de uma construção social de longo prazo baseada na consistência das normas e no engajamento internacional. Na lógica de Wendt, as estruturas sociais são formadas através da prática repetida e da intersubjetividade — e o Japão obteve sucesso em criar uma nova estrutura social que o via não mais como uma ameaça militar, mas como um líder moral (Swenson-Wright, 2009). Esse reconhecimento reflete-se no papel aumentado do Japão em instituições internacionais, no reconhecimento de suas contribuições humanitárias em grandes conflitos e no apoio às suas aspirações de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Assim, através da abordagem construtivista, pode-se entender que a transformação do Japão em um *Estado normal* não é meramente o resultado de uma mudança nas capacidades materiais, mas o resultado de seu sucesso em articular as normas de *segurança humana* como uma identidade nacional e estratégia de política externa, o que acaba por ganhar a afirmação da comunidade internacional como parte de uma potência global legítima.

Metodologia

Este estudo utiliza uma metodologia quantitativa ao aplicar a análise de conteúdo a documentos normativos e operacionais japoneses. A análise de conteúdo é um método de pesquisa utilizado para identificar, categorizar e analisar diversos tipos de dados — como textos, imagens ou gravações audiovisuais — de forma sistemática e objetiva, a fim de encontrar padrões, temas ou significados ocultos no conteúdo. O conteúdo que pode ser explorado inclui documentos governamentais oficiais, notícias, discursos ou artigos de mídia, entre outros. Este método foi escolhido com o objetivo de revelar a frequência do aparecimento de palavras ou ideias nos documentos selecionados e identificar padrões que permitam chegar a conclusões.

Neste artigo, os documentos a serem utilizados são a Carta da ODA de 2015 ou Carta de Cooperação para o Desenvolvimento (no inglês, ODA Charter ou Development Cooperation Charter – DCC) e o Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (no inglês, White Paper on Development Cooperation – WPDC). A DCC é um documento oficial do governo japonês (documento normativo) que serve como a diretriz principal para a implementação da cooperação internacional para o desenvolvimento do Japão, particularmente a ODA. Por sua vez, o WPDC é um relatório do Ministério das Relações Exteriores do Japão que fornece informações sobre as políticas, implementação e resultados da cooperação internacional japonesa,

especificamente na forma de ODA (documento operacional). Esses dois documentos serão rastreados por meio das palavras mais frequentes para formar padrões que identifiquem a estratégia do Japão no uso da ODA para manter sua influência como potência global.

Para atingir esse objetivo, quatro variáveis significativas serão analisadas neste estudo. Primeiro, Atores. As palavras-chave que se referem a atores incluem países, sociedade, países em desenvolvimento, empresas privadas, empresas japonesas, o setor privado, governos locais, ONGs, indivíduos, instituições, atores não estatais, comunidades, mulheres, homens, governos, nações, grupos vulneráveis, o público e a sociedade civil. Segundo, governança. Alguns termos que se referem à governança incluem cooperação para o desenvolvimento, cooperação internacional, direito, democratização, economia, experiência, expertise e lições, diplomacia, investimento para o futuro, transparência, certeza, manutenção e proteção da ordem internacional, valores universais, objetivos não militares, segurança humana, autossuficiência, independência, crescimento de qualidade, erradicação da pobreza, cooperação técnica, assistência por empréstimo, assistência por subvenção (*grant*) e parcerias. Terceiro, as variáveis de valor que cobrem questões de segurança humana consistem em valores universais, justiça, paz, liberdade em relação ao medo e à necessidade, desenvolvimento econômico, consolidação da paz (*peacebuilding*), governança, assistência humanitária, direitos humanos, direitos das mulheres, democracia, prosperidade, desenvolvimento, crescimento sustentável, meio ambiente, mudança climática, questões hídricas, desastres naturais, crises alimentares e fome, questões energéticas, doenças infecciosas e prosperidade. Além disso, as questões que cobrem a dimensão da segurança nacional incluem terrorismo internacional, crime organizado transfronteiriço, pirataria, Estados frágeis, conflitos regionais, instabilidade política, conflito e estabilidade. Quarto, o escopo da assistência abrange a Ásia, outros países, o Cáucaso, África, Europa, Oriente Médio, Oceania, o Caribe, internacional, nacional, doméstico e estrangeiro.

Discussão e Análise

Antes de analisar os documentos da ODA japonesa para determinar a estratégia do Japão no uso da ajuda para manter sua influência como potência global, este artigo rastreia diversas práticas de uso da ajuda como instrumento de política externa realizadas por outros países. Primeiro, rastreia-se o conceito de como o Japão projeta a capacitação (*capacity building*) para atores estatais e

não estatais. Nas práticas de alguns outros países doadores, a cooperação com governos receptores é considerada a melhor forma de aumentar a hegemonia do país doador sobre o receptor (Barone, 1982). Parcerias internacionais também podem visar o aumento da capacidade da burocracia do país receptor ou a melhoria de sua produtividade. O governo japonês parece sustentar um argumento diferente em comparação aos desenvolvidos pela maioria dos países doadores.

Segundo, rastreia-se a lógica utilizada na construção da governança da ODA do Japão. A maioria dos países doadores ocidentais visa fortalecer suas afiliações políticas em troca do apoio à economia do receptor (Barnett & Duvall, 2009). A ideologia política é considerada um fator importante na construção de compromisso e integridade entre doadores e receptores. Portanto, a afiliação política é uma ferramenta importante utilizada pelos doadores ocidentais no estabelecimento de hegemonia em outros países (Agnew, 2005). Este fato levanta a questão de se o Japão utiliza uma perspectiva de ideologia política ou uma perspectiva econômica para apoiar sua transformação em uma potência global.

Terceiro, rastreia-se a gestão da ajuda do Japão para determinar se ela se baseia na segurança humana ou na segurança nacional tradicional. Grandes países doadores precisam aumentar a segurança de países menores ou receptores para fortalecer sua posição e construir poder global. Esta perspectiva explica por que os Estados Unidos estabeleceram diversas alianças militares, como SEATO, ANZUS, OTAN e CENTO,⁴ durante a Guerra Fria. Isso também se aplica ao Pacto de Varsóvia, estabelecido pela União Soviética. A segurança acumulada e centralizada é mais eficaz na construção da conformidade por parte dos países receptores, uma vez que a cooperação político-militar tende a ser de natureza hierárquica (Abrahamsen & Williams, 2010). Isso levanta duas questões: se o Japão está seguindo o mesmo padrão dos Estados Unidos ou da União Soviética, ou um outro padrão adequado às condições políticas, econômicas e sociais japonesas. A questão seguinte é se o uso do conceito de segurança humana como base para a cooperação é mais eficaz e apropriado para o Japão ao enfrentar a era pós-Guerra Fria e a multipolaridade, em comparação com o conceito tradicional de segurança nacional (Winkler, J. R., & Nye, 2005).

Quarto, rastreiam-se as ideias fundamentadas nas normas de segurança humana. Outros países doadores tendem a se posicionar como potências globais utilizando normas e valores econômicos em vez de normas sociais. A ajuda econômica é vista como uma panaceia que pode impulsionar

4 Respectivamente, Organização do Tratado do Sudeste Asiático, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos, Organização do Tratado do Atlântico Norte e Organização do Tratado Central.

a mudança social, conforme preconizado pela teoria da modernização (Ish-shalom, 2006). Como uma das grandes potências, os Estados Unidos utilizaram o Plano Marshall e instituições econômicas ou financeiras, como o FMI, o Banco Mundial e a UNCTAD,⁵ para se tornarem uma potência econômica global. O mesmo se aplica à União Soviética (Gill & Law, 1989). O Japão segue um padrão semelhante ao dos Estados Unidos e da União Soviética para se tornar uma potência econômica global?

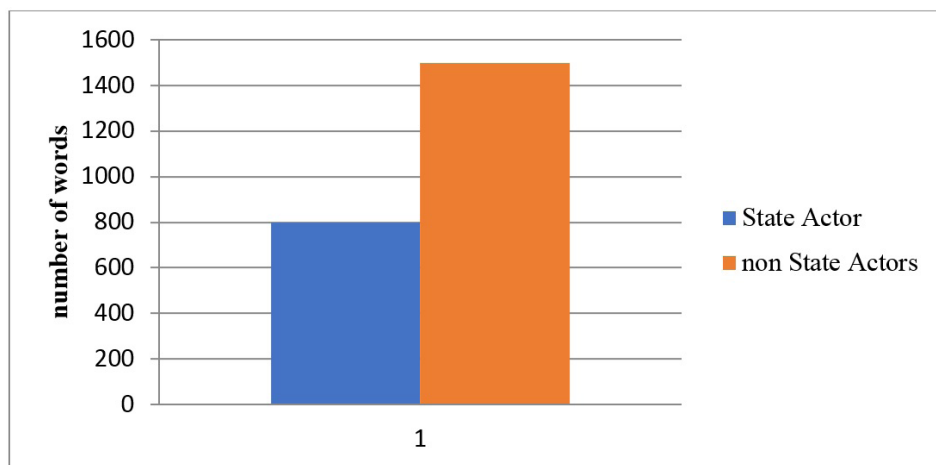
Quinto, rastreia-se como as áreas de cooperação tornaram-se predominantes (mainstream). Alguns países que se desenvolveram como potências globais tendem a difundir sua influência de forma divergente e atingir várias regiões ao redor do mundo. Espanha (Bishko, 2016) e Portugal, por exemplo (Ikenberry, 2014), difundiram sua influência de forma divergente durante os séculos XIII a XV a.C. Isso levou a uma intensa competição entre os dois reinos. Um padrão semelhante também foi aplicado por outros países, como Inglaterra e França, que desenvolveram poderes hegemônicos divergentes durante a revolução industrial. Os Estados Unidos e a União Soviética também aplicaram um padrão semelhante para difundir sua hegemonia por todo o mundo (Sedivy, 2004). Portanto, qual padrão o Japão escolheu para difundir sua influência pelo mundo?

1. Empoderamento de Atores Não Estatais

Existe uma tendência significativa de que os padrões de ajuda internacional dos países doadores para os países do Terceiro Mundo, após a resolução de descolonização da ONU de 1962, coloquem os governos como os principais parceiros e beneficiários. Os países doadores buscam garantir que a ajuda internacional fornecida tenha um impacto positivo significativo nos países receptores em um curto período de tempo (Jain, 2016).

Figura 2: Discurso dos atores

5 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

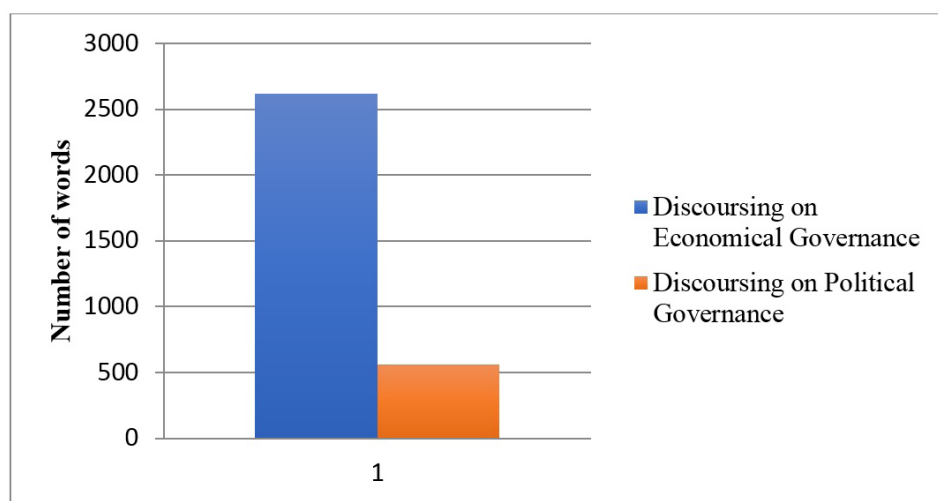
A Figura 2 mostra que os documentos DCC e WPDC discutem o uso de atores não estatais mais do que o de atores estatais. De fato, a diferença nos números é quase o dobro. Esses dados podem ser interpretados no sentido de que, embora a ajuda japonesa seja de natureza de governo para governo, o governo japonês busca fortalecer a capacidade dos atores não estatais. O governo japonês acredita que, por meio dos atores não estatais, a ajuda internacional pode mobilizar os setores social e econômico e evitar a corrupção política (Asongu & Nwachukwu, 2016). Espera-se que esse tipo de governança evite que os países receptores da ajuda japonesa caiam no “Dilema do Samaritano”, que é uma situação de dependência por parte do receptor, reduzindo o incentivo para melhorar sua própria situação e até piorando as condições do receptor a longo prazo (Raschky & Schwindt, 2016). Com esse tipo de padrão, espera-se que a ajuda internacional possa beneficiar ambas as partes, tanto os países doadores quanto os receptores.

2. Integração da Governança de Cooperação Econômica

Em termos de governança, os resultados do rastreamento dos documentos DCC e WPDC podem ser classificados em dois tipos: governança ideológico-política, também conhecida como governança de *high politics* (alta política), e governança socioeconômica, também conhecida como governança de *low politics* (baixa política). Essa classificação é importante para entender

como o Japão identifica as necessidades dos países do Terceiro Mundo como receptores e como garante que as intervenções japonesas nesses países sejam eficazes e eficientes. Os resultados do rastreamento nos documentos DCC e WPDC são mostrados na Figura 3:

Figura 3: Discurso de governança



Fonte: Dados provenientes de DDC e WPDC

A partir da figura, observa-se que a governança mencionada com mais frequência nos documentos é a econômica, em detrimento da política. Isso está em consonância com as características e objetivos do governo japonês de tornar-se uma potência global por meio de questões econômicas, e não por meio da capacidade militar.

3. Integração das Normas de Segurança Humana

Os resultados da análise de conteúdo dos dois documentos revelam consistência no uso de termos relacionados às normas de desenvolvimento da segurança humana e às normas de desenvolvimento da segurança nacional. Esses dois termos dividem-se em normas de segurança tradicionais e normas de segurança não tradicionais (Frieman, 2014). Existem diversas questões interessantes com as quais o Japão se preocupa no contexto da segurança não

tradicional, tais como mudança climática, desastres naturais, energia e até questões de gênero.

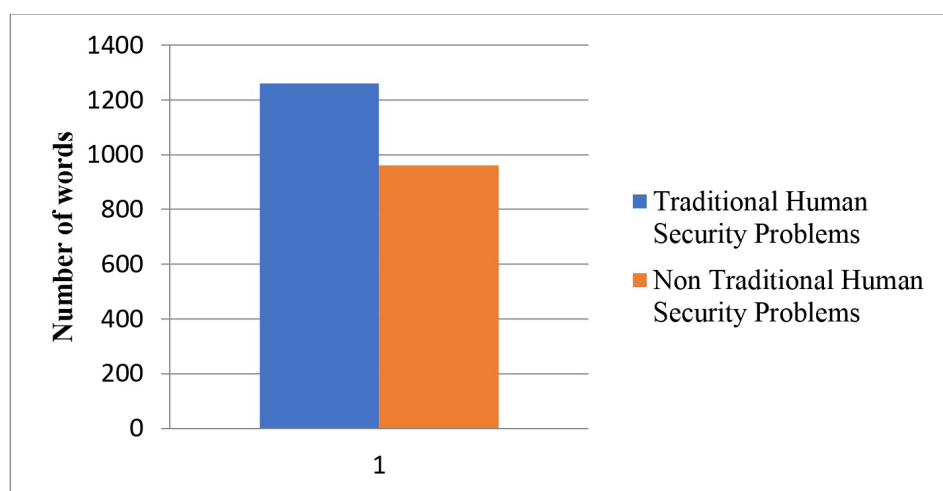
O Japão é um país vulnerável à mudança climática (Emmers, n.d.), portanto, este é um tema sensível para o futuro do país. Isso ocorre porque o aumento da temperatura média global, devido à redução ou ao buraco na camada de ozônio, causará o aumento do nível do mar, o que poderia ameaçar as áreas geográficas do Japão em latitudes setentrionais devido ao derretimento do gelo no Ártico. A questão dos desastres naturais também destaca a vulnerabilidade japonesa devido à sua estrutura geológica, que apresenta o nível de vulnerabilidade mais alto do mundo. A experiência em enfrentar desastres naturais impulsionou o Japão a desenvolver uma melhor gestão de desastres. Essa situação influencia a perspectiva japonesa sobre seus esquemas de ajuda internacional, pois o Japão sente a necessidade de enfatizar a importância de uma gestão de desastres adequada (Herningtyas, 2010). Isso se relaciona à questão da mitigação de desastres para que o impacto possa ser gerido corretamente e não afete significativamente os investimentos japoneses (Sahashi, 2015). As questões hídricas também são uma preocupação; o Japão é um dos países com padrões mais elevados na gestão de água potável (Engle & Lemos, 2010). Para os países receptores, a maioria em desenvolvimento, a água é uma questão estratégica, tanto no contexto da escassez por estruturas geológicas e geográficas quanto pela má gestão em áreas urbanas devido a fontes contaminadas.

As questões energéticas também receberam atenção séria do Japão. Isso está relacionado à experiência japonesa de ter sido, outrora, altamente dependente de fontes fósseis, como petróleo e carvão (Morse, 1981). Tal situação impulsionou o Japão a utilizar fontes de energia mais limpas e baratas, como a energia nuclear, que exige alta tecnologia para reduzir e gerir os riscos de uso. Atualmente, o Japão escolheu a energia nuclear como sua principal fonte para atender às necessidades industriais e domésticas (Patrick, 2011). A experiência japonesa na gestão dessa fonte tornou-se uma alternativa para o desenvolvimento energético em países em desenvolvimento. Essa posição é intrinsecamente estratégica para o Japão, pois sua capacidade de gerir a energia nuclear para o desenvolvimento pacífico é muito mais avançada do que a de outros países com armas nucleares. O desastre nuclear de Fukushima não foi causado por falha tecnológica, como no caso de Chernobyl; em vez disso, foi provocado por um desastre natural, o que forçou o Japão a gerir o tema com seriedade. Além disso, o Primeiro-Ministro japonês teve de renunciar como forma de responsabilidade pública. O governo japonês lidou com sucesso com o vazamento nuclear em Fukushima, permitindo ao Japão afirmar-se como o país mais eficiente na gestão pacífica da energia nuclear (Openshaw,

2002; Patrick, 2011).

No que tange à questão das mulheres, o Japão deseja alterar valores para fortalecer a posição feminina na política dos países do Terceiro Mundo. A cultura patriarcal dominante nesses países formou-se devido à baixa capacidade das mulheres em questões públicas. O governo japonês define o baixo número de mulheres em assuntos públicos como um dos problemas que devem ser resolvidos pelos países do Terceiro Mundo (Bauer & Tremblay, 2011).

Figura 4: Discurso de segurança humana



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

Os resultados do rastreamento de palavras relacionadas a questões de segurança humana são mostrados na Figura 4. Os resultados indicam que as questões de segurança humana do Japão na distribuição de ajuda internacional colocam mais ênfase na segurança humana tradicional do que na segurança não tradicional. Isso se refere às normas desenvolvidas pelo Japão em relação ao “investimento para o futuro”. As normas tradicionais em questões de segurança serão um fator determinante para saber se a ajuda internacional do Japão será produtiva para o futuro do país. Se os fatores de segurança não tradicional provarem ser seguros, a probabilidade de alcançar um maior interesse de investimento será garantida (Rix, 2010).

Essa construção precisa ser investigada mais a fundo. O governo

japonês não estaria comprometido em cooperar com países na categoria de “frágeis” por razões humanitárias ou de investimento? Isso é afirmado no documento DCC como um documento normativo, no qual o governo japonês demonstra uma política afirmativa na forma de disposição para se engajar na resolução de conflitos em países vulneráveis. No entanto, em sua prática operacional, a política afirmativa torna-se menos robusta. Muitos estudos sobre ajuda internacional constataam que a assistência rotineiramente considera a estabilidade nacional do país receptor. Isso significa que a razão lógica da ajuda como um investimento no futuro torna-se racional.

Países com condições sociais e políticas instáveis não podem fornecer uma imagem clara de quanto se beneficiarão do investimento (Lawson, 2013). Ao contrário das questões de gênero, no documento normativo DCC, o governo japonês não fornece políticas afirmativas claras sobre a importância das questões das mulheres na cooperação internacional. Em vez disso, na prática, as questões das mulheres são detalhadas em documentos operacionais.

Essa construção é interessante porque, até certo ponto, as questões das mulheres nos países em desenvolvimento são menos notadas. As mulheres tendem a ser objetos em vez de sujeitos do desenvolvimento. Na cultura patriarcal que domina os países em desenvolvimento, os papéis das mulheres em questões públicas são frequentemente ignorados (Salviana & Soedarwo, 2014). Em alguns documentos fotográficos da JICA, imagens de mulheres e crianças são mais dominantes do que imagens de homens. Uma imagem de uma mulher prestando cuidados e auxílio a vítimas de conflitos, a Sra. Ran Honda, voluntária da Cooperação Japonesa no Exterior (JOC), mostra-a exercendo a atividade de ensino por meio de jogos aos alunos do Centro de Formação de Professores em Mchinji, Malawi. A foto foi posteriormente publicada como capa do documento do WPDC.

E quanto às normas de segurança desenvolvidas pelo Japão no âmbito de sua assistência? Desde o início, o Japão decidiu priorizar as normas de segurança humana, mantendo uma atenção suficiente a diversas questões relacionadas às normas de segurança do Estado sem se envolver excessivamente.

O Japão enfatiza com confiança que os países parceiros devem considerar uma governança política pacífica. Isso é claramente evidente no documento normativo DCC, que não introduz o termo “guerra”, embora ainda utilize o termo “conflito” em muitos lugares. O termo “guerra” na lógica política japonesa é traumático, e é obrigação do Japão eliminar esse termo em suas interações com o contexto internacional, conforme explicitamente declarado em sua constituição (Kinzley, 2001).

Em relação ao termo “conflito”, o governo japonês enfatiza a

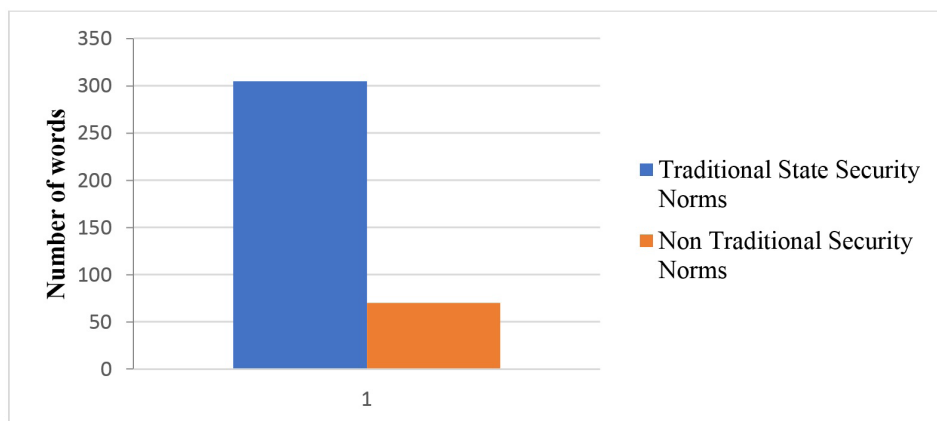
importância da resolução pacífica de conflitos. Os países do Terceiro Mundo, na percepção do Japão, ainda vivenciam conflitos de identidade que dão origem a conflitos horizontais e verticais. O Japão demonstra preocupação para que as normas de gestão de conflitos nos países do Terceiro Mundo possam ser implementadas democraticamente, aderindo ao princípio da não violência (Williams, 2018).

Na gestão das normas de segurança nacional não tradicional, o Japão coloca maior ênfase no terrorismo do que no crime organizado transnacional ou na pirataria. É interessante notar que, no documento DCC, esses três termos de segurança nacional não tradicional são mencionados igualmente, ou seja, uma vez. No entanto, em documentos operacionais, o termo “terrorismo internacional” é mencionado 47 vezes, muito mais do que os termos “pirataria” e “crime organizado transnacional”. Isso pode ser interpretado como uma necessidade do governo japonês de abordar o terrorismo nos países do Terceiro Mundo com uma abordagem diferente em comparação com muitos países ocidentais ao lidar com o fenômeno (Azam & Thelen, 2010; Woods, 2005).

No entanto, o Japão também se preocupa com a pirataria. Contudo, a preocupação japonesa não é a pirataria tradicional, como o sequestro de navios no mar, que ocorre frequentemente no Leste da África ou no Estreito de Malaca. O Japão está mais preocupado com a pirataria no contexto da transferência de tecnologia (Bond, 1998). Para o Japão, isso é muito importante porque a ajuda internacional japonesa também é fornecida por meio da transferência de tecnologia; portanto, essas normas são fortemente enfatizadas pelo país.

Com relação às normas para a gestão do crime organizado transnacional, o governo japonês acredita que isso precisa ser abordado. Isso está relacionado a problemas comuns em países do Terceiro Mundo, como o tráfico de pessoas, drogas e armas de fogo ilegais. Tais problemas são frequentemente encontrados na África e em algumas regiões afetadas por conflitos no Sudeste Asiático, como Tailândia, Filipinas e Indonésia. O compromisso do Japão em abordar essa questão está ligado ao seu cumprimento da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (JICA, 2017; Koivu, 2015).

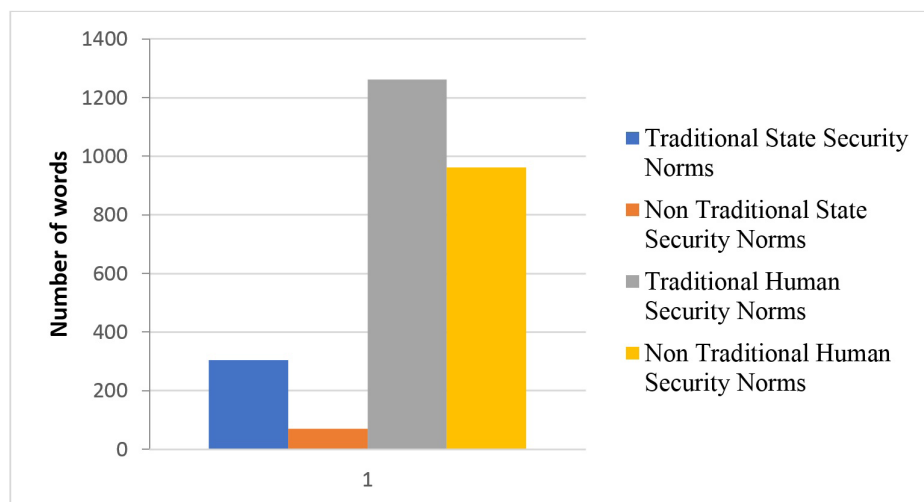
Figura 5: Discurso sobre as normas de segurança de Estado



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

A Figura 5 mostra que o governo japonês continua a utilizar normas de segurança nacional tradicionais em vez de normas de segurança não tradicionais. De forma semelhante às normas de segurança humana, o governo japonês também enfatiza as normas de segurança humana tradicionais. Isso indica que a questão principal para os países parceiros do Japão, em relação à assistência internacional japonesa, é a segurança tradicional. No entanto, o Japão também acredita que a gestão de questões de segurança não tradicional é muito importante (Er, 2006).

Figura 6: Discurso sobre as normas de segurança



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

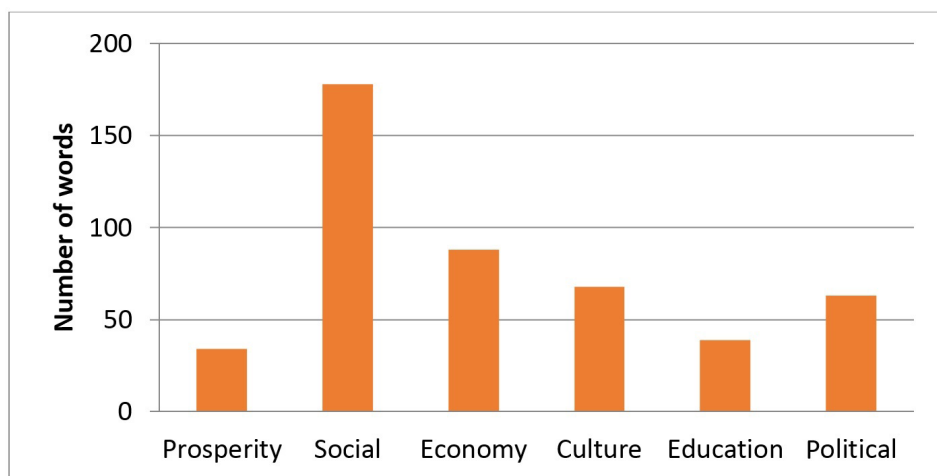
A Figura 6 mostra que, entre as quatro normas de segurança, o Japão prioriza as normas de segurança humana tradicionais, seguidas pelas normas de segurança humana não tradicionais. Isso indica que o governo japonês assume que a assistência internacional deve chegar ao setor privado e aos indivíduos. Isso difere da assistência internacional japonesa nas décadas de 1970 a 1990, quando muitos programas de assistência focavam em questões de segurança humana baseadas no setor público, como infraestrutura.

No contexto da cooperação internacional para construir normas de segurança nacional, o Japão tem se absterido consistentemente de se envolver em cooperação de orientação militar. Embora o governo japonês reconheça que muitos países do Terceiro Mundo enfrentam conflitos verticais, como o separatismo, e precisam de assistência militar para resolvê-los, o Japão tem permanecido consistente em não atuar nessa área.

4. Assistência Econômica como uma Norma de Assistência Social

Esta seção discute o escopo dos programas oferecidos pelo governo japonês em relação à assistência internacional. Esta análise é utilizada para descrever quais programas são mais importantes, rastreando o uso de palavras nos dois documentos analisados.

Figura 7: Escopo do Programa de Assistência Internacional



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

A Figura 7 mostra que o escopo das parcerias está mais focado no setor social do que no setor econômico. Isso é singular, pois os esquemas de ajuda japonesa sempre utilizam o termo “desenvolvimento” (*development*) como seu slogan. A escolha da palavra “desenvolvimento” tem um significado estreitamente relacionado à economia e à prosperidade. No entanto, a economia global não é o foco principal, sendo inclusive inferior às palavras “cultura” e “política”. Pesquisas futuras são necessárias para determinar por que os documentos japoneses priorizam a engenharia social em detrimento da economia.

Referindo-se a diversas teorias do desenvolvimento, o processo de engenharia é um esforço transformador para mudar comportamentos. Essa mudança comportamental terá, então, um efeito multiplicador em outros aspectos da vida. A ideia de Kluckhohn sobre padrões comportamentais e as normas que os moldam oferece um argumento convincente, afirmando que modelos de comportamento moldam padrões de conduta (Dollar & Alesina, 2000).

Novos padrões de comportamento técnico, ao fornecerem novas normas sobre a ordem da vida em sociedade, moldarão novos comportamentos. Como exemplo de caso, na Indonésia, o Japão forneceu assistência para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária para melhorar a mobilidade

horizontal. Essa assistência visava mudar as normas existentes na Indonésia, onde o modo de transporte mais eficiente eram as ferrovias.

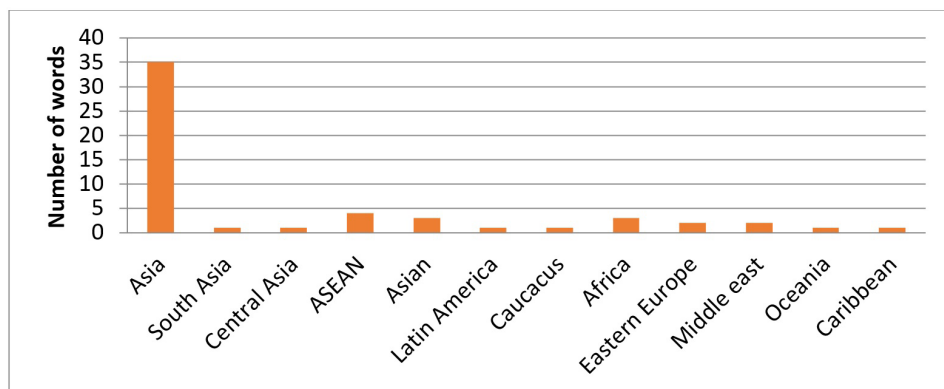
Estas foram projetadas e desenvolvidas pelo governo holandês, que colonizou a Indonésia por um período muito longo. O governo holandês construiu pouca infraestrutura rodoviária, sendo a mais monumental a estrada de Anyer a Panarukan. A assistência massiva do Japão na forma de desenvolvimento de estradas mudou a norma de mobilidade do uso de trens para bicicletas, motocicletas e carros, bem como transporte público, como ônibus e caminhões para logística.

O governo japonês, por meio de sua ajuda visionária, não visou ganhos imediatos ou de curto prazo. Essa narrativa é clara: o Japão não utilizou normas de reciprocidade direta ao fornecer ajuda, como as encontradas nas normas de interação internacional (Keenes & Gilpin, 2010). Os motivos econômicos do Japão foram elegantemente embalados como motivos sociais e humanitários (Jain, 2016). Este é o fator que determina o sucesso do Japão como um ator global na gestão da assistência econômica como uma dimensão social.

5. Integrando a Ásia como um Primeiro Passo

As regiões visadas para as parcerias internacionais do Japão foram projetadas de forma sistemática e objetiva. O governo japonês mapeou cuidadosamente seus parceiros de assistência internacional. O termo “regiões de parceria” abrange quase todos os continentes, da Ásia, África, Europa, América e a região do Pacífico. Sob esta perspectiva, o Japão não se engaja em mecanismos de ajuda internacional com países desenvolvidos. Os países do G7 ou nações desenvolvidas não são encontrados no documento.

Figura 8: Áreas prioritárias de atuação internacional do Japão



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

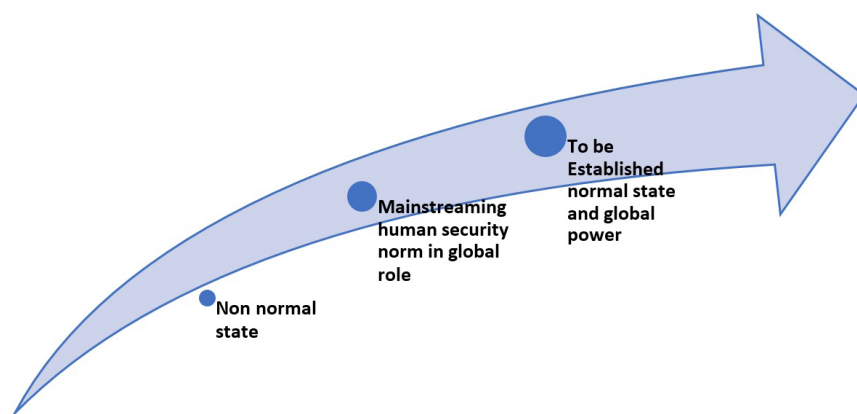
A Figura 8 mostra que o Japão se engaja em uma cooperação internacional abrangente com países da Ásia, Europa, América, África e a região do Pacífico. No entanto, há um fato interessante: o governo japonês concentra-se mais na Ásia. A partir de uma análise dos documentos, o termo “Ásia” aparece dez vezes mais frequentemente do que outras regiões. Isso indica que, para construir poder global, a Ásia é a região mais eficaz e produtiva para adotar as normas oferecidas pelo Japão (Lewis-Workman, 2018). Portanto, o Japão constrói seu poder global engajando-se em uma cooperação intensiva com países vizinhos como a base de suas parcerias. A região que também é um foco central para o Japão no Sudeste Asiático é a ASEAN. O Japão possui uma longa história política e econômica com vários países do Sudeste Asiático. A ASEAN, como organização regional, é vista pelo Japão como uma organização capaz de criar harmonia e estabilidade propícias ao crescimento econômico e à prosperidade (Asplund, 2015).

6. Tornando-se um Estado Normal e uma Potência Global Baseada em um Papel Global

A produtividade da integração das normas de *segurança humana* na política de ajuda externa do Japão desempenha um papel estratégico no processo de reposicionamento do Japão como um *Estado normal*. Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão enfrentou o sério desafio de reabilitar sua imagem e papel internacional, que haviam sido manchados pela expansão do militarismo e do imperialismo. Nesse contexto, a *segurança humana* torna-se

um meio simbólico e substantivo para apresentar uma nova face do Japão, que é responsável e orientada para a paz. Ao focar a ajuda nas necessidades humanas básicas — como a proteção contra a pobreza, conflitos, doenças e desastres naturais —, o Japão demonstra ao mundo que não é mais um agressor, mas sim um contribuinte para a estabilidade global e a humanidade (Ishida, 2019). Essa estratégia não apenas arrefeceu as suspeitas sobre uma potencial remilitarização do Japão, mas também fortaleceu a legitimidade moral e política do país perante a comunidade internacional.

Figura 9: Análise lógica do roteiro para o Japão se tornar potência global



Fonte: Dados provenientes de DCC e WPDC

Uma dimensão importante dessa estratégia é a integração da ajuda a atores não estatais, como ONGs locais, sociedade civil e instituições educacionais (Hollifield & Sharpe, 2017). Logicamente, o apoio a atores não estatais fortalece a legitimidade do Japão como uma potência inclusiva e progressista. Em comparação com a ajuda interestatal elitista e vertical (top-down), a cooperação com atores não estatais permite que o Japão alcance comunidades de base e promova a transformação social a partir de baixo. Na análise de Arrighi (1998), isso cria a impressão de que o Japão não está preocupado apenas com a estabilidade do país, mas também com a resiliência da comunidade e o desenvolvimento humano (Arrighi, 1998). Além disso, ao fortalecer a capacidade da sociedade civil nos países receptores de ajuda, o Japão cria simultaneamente uma rede de influências sociopolíticas que afirma seu papel como uma força normativa global. Esta é uma estratégia

de soft power muito eficaz para reconstruir o status do Japão como um país normal que contribui ativamente para a nova ordem mundial.

Em termos de conteúdo da ajuda, o Japão prioriza a integração da governança econômica sobre a governança política. É uma escolha estratégica que reflete a prudência do Japão ao entrar em um campo considerado geopoliticamente sensível. Em vez de pressionar explicitamente pela democratização ou reforma política, o Japão prefere fortalecer a capacidade de instituições econômicas, como o sistema tributário, a gestão fiscal, o desenvolvimento de MPMEs e a infraestrutura pública (Arrighi, 2007). Esse tipo de assistência tem duas implicações: primeiro, evita que o Japão seja acusado de interferir nos assuntos internos de outros países; segundo, constrói uma base de crescimento econômico sustentável e estável nos países parceiros, o que, em última análise, fortalece a estabilidade regional que beneficia a posição estratégica do Japão. Embora não esteja diretamente relacionada a reformas políticas, essa assistência à governança econômica ainda apoia a criação de condições políticas estáveis através do fortalecimento do bem-estar e da redução da desigualdade, o que faz parte da visão mais ampla de *segurança humana*.

A integração de normas de segurança tradicionais e não tradicionais também é um pilar importante no processo de normalização do status do Japão. Na segurança tradicional, o Japão permanece cauteloso e mais instrumental através de contribuições passivas, como o treinamento de forças de paz e a logística de assistência humanitária em situações de conflito. Mas na segurança não tradicional, como mitigação de desastres, mudança climática, gestão de pandemias e combate ao tráfico de seres humanos, o Japão tem sido muito ativo. Esse papel fortalece a posição do Japão como um país relevante na resposta aos desafios globais contemporâneos, ao mesmo tempo em que expande o escopo de sua influência sem gerar resistência. O foco principal do Japão na ajuda externa também está na região asiática, especialmente no Sudeste e no Sul da Ásia, como uma arena geopolítica estratégica. Esse foco regional reflete não apenas a proximidade geográfica, mas também a herança histórica, a responsabilidade pós-colonial e a importância econômica. Nesse contexto, a assistência japonesa serve como um instrumento diplomático para estabelecer um ambiente regional estável e amigável, que é um pré-requisito para a restauração do status normal do Estado (Rother, 2012).

Nos últimos anos, o Japão tem sido cada vez mais ativo na expansão de sua influência econômica na região da América Latina (Stallings & Horisaka, 2021), especialmente no Brasil, através de várias formas de assistência ao desenvolvimento, investimento em infraestrutura e cooperação tecnológica (de Oliveira & Lessa, 2022). Esta iniciativa não visa apenas o fortalecimento

das relações bilaterais, mas também faz parte da estratégia geopolítica do Japão diante da competição global, especialmente com a China (Masahiro, 2013). Uma manifestação marcante dessa proximidade é o apoio do Japão à reivindicação do Brasil para expandir sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE) na região do Atlântico Sul (Masahiro, 2013), especialmente em torno da elevação submarina conhecida como Elevação do Rio Grande. Esse apoio reflete uma relação de reciprocidade, na qual o Brasil apoia abertamente a reivindicação do Japão sobre o arquipélago de Okinotorishima, que é estrategicamente importante para a expansão da ZEE japonesa no Pacífico Ocidental (Yoshikawa, 2007). Essa relação de apoio mútuo reflete uma proximidade diplomática que não se baseia apenas em relações econômicas, mas também fortalece a posição de cada país em fóruns multilaterais, como as Nações Unidas e a UNCLOS. O Japão vê o Brasil como um parceiro estratégico na região sul-americana que desempenha um papel importante na arquitetura global do Sul, enquanto o Brasil vê o Japão como uma potência econômica e tecnológica que pode sustentar suas ambições como uma nova potência marítima.

Após posicionar-se com sucesso como um *Estado normal* através de uma estratégia baseada em normas, o Japão tem agora uma base sólida para estabelecer-se como uma *potência global*. O reconhecimento internacional das contribuições do Japão para o desenvolvimento, a ajuda humanitária e a segurança não tradicional é um capital importante na expansão do seu papel global. Com o fundamento das normas de *segurança humana*, o Japão pode posicionar-se não apenas como uma potência econômica, mas também como uma força moral que carrega os valores da paz, inclusão e desenvolvimento humano. Em uma era de multipolaridade global, onde o poder militar não é mais o único indicador de poder, o Japão tem uma grande oportunidade de se tornar uma potência global respeitada através de canais normativos e institucionais. Ao fortalecer sua participação em fóruns globais como o G7, G20 e as Nações Unidas, bem como ao expandir suas redes diplomáticas e de assistência externa, o Japão está no caminho para consolidar sua posição como uma *potência global* que não é apenas economicamente forte, mas também respeitada pelo seu compromisso normativo com a humanidade (Befu & Guichard-Anguis, 2003) (Yoshinobu, 2012).

Conclusão

A adesão estratégica do Japão às normas de segurança humana dentro do seu arcabouço de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) ressalta uma abordagem transformadora de engajamento global na era pós-Segunda

Guerra Mundial. Este estudo demonstra que o Japão institucionalizou com sucesso uma estratégia de via dupla que combina compromissos normativos com mecanismos operacionais para se reposicionar como uma potência global. Ao deslocar a ênfase das noções tradicionais de segurança nacional para a agenda inclusiva e centrada no ser humano da segurança humana, o Japão alavanca um *soft power* enraizado em princípios humanitários, cooperação não militar e desenvolvimento socioeconômico.

Por meio de uma rigorosa análise de conteúdo da Carta de Cooperação para o Desenvolvimento (DCC) e do Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (WPDC) do Japão, fica evidente que o país prioriza consistentemente a segurança humana em detrimento de abordagens de *hard security*. O governo japonês destacou taticamente temas de segurança humana tradicional e não tradicional — como mitigação de desastres, sustentabilidade ambiental, segurança energética e empoderamento de gênero — demonstrando uma compreensão sutil dos desafios do desenvolvimento global. Além disso, a preferência estratégica do Japão pelo engajamento com atores não estatais em vez de canais “Estadocêntricos” reflete um modelo inovador de governança inclusiva, que visa reduzir a dependência da ajuda e aumentar o protagonismo local (*local ownership*).

O artigo também revela a estratégia regional específica do Japão, com uma concentração notável de esforços de ODA na Ásia — particularmente no Sudeste Asiático — como base para suas ambições internacionais mais amplas. Esse foco regional reflete não apenas a proximidade geográfica e os laços históricos, mas também o movimento calculado do Japão para construir legitimidade e confiança em seu ambiente imediato antes de projetar influência de forma mais global. O Japão constrói seu poder global de maneira sistemática e consistente. Todos os documentos de cooperação internacional são organizados para obter uma alta coerência entre os níveis normativo e operacional. A gestão visionária da organização de documentos de assistência internacional do Japão e o processo mensurável de redação jurídica podem produzir documentos de trabalho perfeitamente implementáveis. Na estruturação documental, o governo japonês consegue converter todos os obstáculos decorrentes de sua derrota na Segunda Guerra Mundial em poder global, transformando-se em um Estado global com um estilo único de assistência internacional por meio da integração da gestão econômica, humanitária e de segurança nas regiões asiáticas. Essa decisão de integração é parte das políticas de seleção e priorização.

A experiência do Japão oferece insights valiosos sobre como uma nação limitada por uma constituição pacifista ainda pode exercer influência global significativa por meio do uso estratégico de instrumentos jurídicos,

cooperação para o desenvolvimento e empreendedorismo normativo (*norm entrepreneurship*). Seu alinhamento deliberado de ideais humanitários com objetivos pragmáticos permite que o Japão construa uma imagem crível como um ator global responsável, enquanto promove sutilmente seus interesses nacionais. Em última análise, a estratégia de ODA do Japão, com a segurança humana em seu cerne, serve como um modelo de como o poder global pode ser buscado por meio da liderança normativa, em vez da proeza militar. Embora permaneçam questões sobre o impacto mensurável desses esforços na posição do Japão nas estruturas de governança global, o arcabouço e a coerência de sua abordagem indicam um caminho sofisticado e sustentável em direção a uma renovada proeminência internacional.

Limitações e Estudos Futuros

Este estudo demonstrou como o governo japonês elaborou com sucesso um documento para a ODA que enfatizou a importância das questões de *segurança humana* como meio para o país alcançar o status de *potência global*. No entanto, o texto ainda não explicou o quão eficaz foi esse esforço para a consolidação da posição global japonesa. Resta saber se a comunidade internacional será capaz de aceitar novamente o Japão desempenhando seu papel internacional e tornando-se uma *potência global* respeitada no futuro.

Agradecimentos

Os autores expressam sua gratidão à Universitas Muhammadiyah Yogyakarta pelo financiamento desta pesquisa em 2024 e a todos os colegas do Mestrado em Relações Internacionais da Universitas Muhammadiyah Yogyakarta que se dispuseram a compartilhar e discutir a questão das normas de assistência.

Referências

- Abrahamsen, R., & Williams, M. C. (2010). Security beyond the state: Private security in international politics. *Security Beyond the State: Private Security in International Politics*, 1–272. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511974441>
- Agnew, J. (2005). *Hegemony: The New Shape of Global Power*. Philadelphia:

Temple University Press.

- Arrighi, G. (1996). The rise of east asia: World systemic and regional aspects. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 16(7–8), 6–44. <https://doi.org/10.1108/ebo13263>
- Arrighi, G. (1998). Globalization and the rise of East Asia: Lessons from the past, prospects for the future. *International Sociology*, 13(1), 59–77. <https://doi.org/10.1177/026858098013001006>
- Arrighi, G. (2007). States, markets, and capitalism, east and west. *Positions*, 15(2). <https://doi.org/10.1215/10679847-2006-031>.
- Asongu, S. A., & Nwachukwu, J. C. (2016). Foreign aid and governance in Africa. *International Review of Applied Economics*, 30(1), 69–88. <https://doi.org/10.1080/02692171.2015.1074164>
- Asplund, A. (2015). Values vs. Interest: Strategic Use of Japanese Foreign Aid in Southeast Asia. *EIJS Stockholm*, (May), 1–15.
- Azam, J. P., & Thelen, V. (2010). Foreign aid versus military intervention in the war on terror. *Journal of Conflict Resolution*, 54(2), 237–261. <https://doi.org/10.1177/0022002709356051>
- Barnes, T. D., & Jones, M. P. (2011). Latin America. In *Women in Executive Power: A Global Overview* (pp. 105–121). <https://doi.org/10.4324/9780203829981>
- Barnett, M., & Duvall, R. (2009). Power in global governance. *Power in Global Governance*. <https://doi.org/10.1017/cbo9780511491207.001>
- Barone, C. . (1982). Samir Amin and the Theory of Imperialism : A Critical Analysis. *Review of Radical Political Economics*, 14(2), 10–23. <https://doi.org/10.1177/07399863870092005>
- Bauer, G., & Tremblay, M. (2011). Women in executive power: A global overview. *Women in Executive Power: A Global Overview* (Vol. 9780203829). <https://doi.org/10.4324/9780203829981>
- Befu, H., & Guichard-Anguis, S. (2003). Globalizing Japan: Ethnography of the Japanese presence in Asia, Europe, and America. In *Globalizing Japan: Ethnography of the Japanese presence in Asia, Europe, and America*. <https://doi.org/10.4324/9780203361351>
- Bishko, J. C. (2016). Imperial Spain 1469-1716. *Political Science Quarterly*, 81(1), 106–107.
- Bond, R. (1998). *Negotiating Tactics and Techniques for Software and Hi-Tech Agreements*.
- Centre, H. S. (2005). *Human Security Report 2005 : War and Peace in The 21st Century*.

- Cooney, K. J. (2006). *Japan's Foreign Policy Since 1945*. New York: Routledge.
- de Oliveira, H. A., & Lessa, A. C. (2022). Brazil–Japan Relationship: A Partnership? Brazil–Japan Cooperation: From Complementarity to Shared Value, 21–42. https://doi.org/10.1007/978-981-19-4029-3_2
- Dobson, H., & Kosuge, N. (2009). Japan and Britain at War and Peace. <https://doi.org/10.4324/9780203881187>
- Dollar, D., & Alesina, A. (2000). Who Gives Foreign Aid to Whom and Why? *Journal of Economic Growth*, 5(1), 33–63.
- Emmers, R. (n.d.). Geopolitics and maritime territorial disputes in East Asia. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203875018>
- Engle, N. L., & Lemos, M. C. (2010). Unpacking governance : Building adaptive capacity to climate change of river basins in Brazil, 20, 4–13. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2009.07.001>
- Er, L. P. (2006). Japan's Human Security Role in Southeast Asia. *Contemporary Southeast Asia*, 28(1), 141–159. <https://doi.org/10.1355/cs28-1g>
- Estevez-Abe, M. (2008). *Welfare and Capitalism in Postwar Japan*. Cambridge University: Cambridge Press.
- Frieman, W. (2014). China, arms control, and nonproliferation. *China, Arms Control, and Nonproliferation*. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203799826>
- Gill, S. R., & Law, D. (1989). Global Hegemony and the Structural Power of Capital. *International Studies Quarterly*, 33(4), 475. <https://doi.org/10.2307/2600523>
- Herningtyas, R. ; S. (2010). Diplomasi Bencana Alam sebagai Saran Meningkatkan Kerjasama Internasional. *Jurnal Hubungan Internasional, UMY*, 3(2), 181–188.
- Hobson, C., & Bacon, P. (2014). *Human Security and Japan's Triple Disaster : Responding to the 2011 earthquake, tsunami and Fukushima nuclear crisis*. New York: Routledge.
- Hollifield, J. F., & Sharpe, M. O. (2017). Japan as an “emerging migration state.” *International Relations of the Asia-Pacific*, 17(3), 371–400. <https://doi.org/10.1093/irap/lcx013>
- Ikenberry, G. J. (2014). Power, order, and change in world politics. *Power, Order, and Change in World Politics*. <https://doi.org/https://doi.org/10.1017/CBO9781139680738>
- Inoguchi, T., & Bacon, P. (2006). Japan's emerging role as a “global ordinary power.” *International Relations of the Asia-Pacific*, 6(1), 1–21. <https://doi.org/10.1093/irap/lci133>

- Ishida, Y. (2019). Japan and ASEAN partnership: From Fukuda to Abe Doctrine. *Jindal Journal of International Affairs*, 06(1), 1–26.
- Jain, P. (2016). Japan's foreign aid_ old and new contests. *Pacific Review*, 29(1), 93–113. <https://doi.org/10.1080/09512748.2015.1066415>
- JICA. White Paper Development Cooperation (2017).
- Keenes, E., & Gilpin, R. (2010). The Political Economy of International Relations. *International Journal*, 43(1), 177. <https://doi.org/https://doi.org/10.2307/40202522>
- Kinzley, W. D. (2001). Japan's Emergence as a Global Power. *History: Reviews of New Books*, 29(3), 131–132. <https://doi.org/10.1080/03612759.2001.10525893>
- Kinzley, W. D. (2012). Japan's Emergence as a Global Power. *History: Reviews of New Books*, 29(3), 131–132. <https://doi.org/10.1080/03612759.2001.10525893>
- Koivu, K. L. (2015). In the Shadow of the State : Mafias and Illicit Markets. <https://doi.org/10.1177/0010414015600464>
- Krippendorff, K. H. (2004). *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. London: Sage Publications. London UK: Sage Publication.
- Lawson, M. L. (2013). Foreign Aid: International Donor Coordination of Development Assistance. Congressional Research Service (Vol. 7–5700).
- Lewis-Workman, S. (2018). International norms and Japanese foreign aid. *Asian Perspective*, 42(1), 85–120. <https://doi.org/10.1353/apr.2018.0003>
- Mahmud, H., Quaisar, M. M., Sabur, M. A., & Tamanna, S. (2008). Human Security or National Security: the Problems and Prospects of the Norm of Human Security. *Journal of Politics and Law*, 1(4), 67–72. <https://doi.org/10.5539/jpl.v1n4p67>
- Masahiro, M. (2013). Japan's claim to extended limits of the continental shelf. *Governing Ocean Resources: New Challenges and Emerging Regimes: A Tribute to Judge Choon-Ho Park*, 229–244. https://doi.org/10.1163/9789004252486_012
- McDonald, M. (2002). Human security and the construction of security. *Global Society*, 16(3), 277–295. <https://doi.org/10.1080/09537320220148076>
- McDonald, M. (2008). Securitization and the construction of security. *European Journal of International Relations*, 14(4), 563–587. <https://doi.org/10.1177/1354066108097553>

- Morris-Suzuki, T. (2014). *The Manchurian Crisis and Japanese Society 1931–33*. London New York: Routledge/Asian Studies Association of Australia (ASAA) East Asia Series Edited.
- Morse, R. A. (1981). *The Politics of Japan's Energy Strategy Resources-Diplomacy-Security*. Institute of East Asian Studies, University of California,.
- Openshaw, S. (2002). Nuclear power, pollution and politics. *Applied Geography*, 12. [https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0143-6228\(92\)90031-h](https://doi.org/https://doi.org/10.1016/0143-6228(92)90031-h)
- Patrick, H. (2011). After the Tohoku earthquake, Japan's new beginning. Retrieved from <http://www.eastasiaforum.org/2011/04/19/after-the-tohoku-earthquake-japans-new-beginning/>
- Raschky, P. A., & Schwindt, M. (2016). Aid, Catastrophes and the Samaritan's Dilemma. *Economica*, 83(332), 624–645. <https://doi.org/https://doi.org/10.1111/ecca.12194>
- Rix, A. (2010). Japan's Foreign Aid Challenge: Policy Reform and Aid Leadership. <https://doi.org/10.4324/9780203845622>
- Rother, S. (2012). Wendt meets east: ASEAN cultures of conflict and cooperation. *Cooperation and Conflict*, 47(1), 49–67. <https://doi.org/10.1177/0010836711433125>
- Sahashi, R. (2015). *Disaster Relief and Risk Reduction in East Asia: The Role of Japan-ASEAN Cooperation*.
- Salviana, V., & Soedarwo, D. (2014). Political Ideology Meaning and Patriarchal Ideology of Female Politicians in Indonesia : A Case in Malang. *Procedia Environmental Sciences*, 20, 486–495. <https://doi.org/10.1016/j.proenv.2014.03.061>
- Sedivy, J. (2004). Regions and Powers: The Structure of International Security. *Journal of International Relations and Development*, 7(4), 460–464. <https://doi.org/10.1057/palgrave.jird.1800026>
- Shibuya, K., Nomura, S., Okayasu, H., Ezoe, S., Hara, S., Hara, Y., Izutsu, T., Kato, T., Mabuchi, S., Maeda, Y., Murakami, Y., Nishimoto, H., Ono, T., Shioda, K., Sorita, A., Sugimoto, A., Tase, K., Watabe, A., Smith, A., ... Reich, M. R. (2016). Protecting human security: Proposals for the G7 Ise-Shima Summit in Japan. In *The Lancet* (Vol. 387, Issue 10033, pp. 2155–2162). [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)30177-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)30177-5)
- Slavinsky, B. (2004). *The Japanese-Soviet Neutrality Pact: A Diplomatic History, 1941-1945*. <https://doi.org/https://doi.org/10.4324/9780203300831>
- Stallings, B., & Horisaka, K. (2021). Renewed japanese involvement in Latin America. In *External Powers in Latin America: Geopolitics between*

- Neo-extractivism and South-South Cooperation (pp. 75–90). Taylor and Francis. <https://doi.org/10.4324/9780429351808-5>
- Swenson-Wright, J. (2009). Contending with regional uncertainty: Japan's response to contemporary East Asian security challenges. In *Japan's Politics and Economy: Perspectives on change* (pp. 21–45). <https://doi.org/10.4324/9780203861875-12>
- Tadjbakhsh, S., & Chenoy, A. M. (2006). Human security: Concepts and implications. *Human Security: Concepts and implications*. <https://doi.org/10.4324/9780203965955>
- Takashi, I., & Jain, P. (2000). *Japanese Foreign Policy Today : A Reader*. Palgrave Macmillan US.
- Tanke, S. (2022). Japan's narrative on human security: international norms, diplomatic identity and recognition. *Japan Forum*, 34(4), 419–442. <https://doi.org/10.1080/09555803.2021.1876140>
- Thomas, C. (2001). *Global Governance, Development and Human Security: Exploring the Links*. *Third World Quarterly*, Vol. 22(2), 159–175.
- Titus, D. A., & Large, S. S. (1993). Emperor Hirohito and Showa Japan: A Political Biography. *Monumenta Nipponica*, 48(1), 127–130.
- Tsai, Y. (2009). The Emergence of Human Security : A Constructivist View. *International Journal of Peace Studies*, 14(2), 19–33.
- Wendt, A. (2003). Why a World State is Inevitable. *European Journal of International Relations*, 9(4). <https://doi.org/10.1177/135406610394001>
- Williams, B. (2018). Japan's defence. *Security and Conflict in East Asia*, 153–163. <https://doi.org/10.4324/9781315850344-15>
- Winkler, J. R., & Nye, J. S. (2005). Soft Power: The Means to Success in World Politics. *International Journal*. <https://doi.org/https://doi.org/10.2307/40204149>
- Woods, N. (2005). The shifting politics of foreign aid. *International Affairs*, 81(2), 393–409. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2346.2005.00457.x>
- Yoshikawa, Y. (2007). The US-Japan-China Mistrust Spiral and Okinotorishima. *Asia-Pacific Journal*, 5(10). <https://doi.org/10.1017/S1557466007022164>
- Yoshinobu, Y. (2012). Great powers, ASEAN, and Japan: The Fukuda Doctrine and thirty-five years after. *Japan's Relations with Southeast Asia: The Fukuda Doctrine and Beyond*, 35–51. <https://doi.org/10.4324/9780203101551>

RESUMO

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial não desencorajou sua obsessão em se tornar uma potência global que influencia o comportamento de outros países e a ordem mundial em geral. Após a guerra, apesar de estar limitado pela Constituição de 1947, o Japão emergiu como um agente econômico capaz de desempenhar um papel significativo no cenário global por meio de instrumentos econômicos e culturais. A AOD, Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (na sigla em inglês, ODA — Official Development Assistance) tornou-se uma das ferramentas fundamentais para o Japão participar ativamente da política global atual.

Este artigo visa a identificar a estratégia do Japão no uso da ODA para manter sua influência como potência global. Utilizando a análise de conteúdo da Carta da ODA de 2015 (ou Carta de Cooperação para o Desenvolvimento - CCD) e do Livro Branco sobre Cooperação para o Desenvolvimento (WPDC), este artigo constata que a estratégia do Japão para manter sua influência em nível global é realizada por meio da priorização de normas de segurança humana na distribuição da ODA. O governo japonês aplica consistentemente diretrizes normativas e operacionais relativas à segurança humana, em vez de segurança nacional, para garantir a aceitação dos países receptores. Esses esforços começam com o desenvolvimento do arcabouço de governança legal do Japão, que é projetado de maneira inteligente, sistemática, objetiva e visionária. O Japão demonstra como um país que enfrenta restrições constitucionais pode se tornar uma potência global estável.

PALAVRAS-CHAVE

Poder Global, Normas de Segurança, ODA do Japão, Análise de Conteúdo, Segurança Humana

*Recebido em 8 de agosto de 2024
Aprovado em 27 de novembro de 2025*

Traduzido por Cássio D. Monteiro D'Ávila